



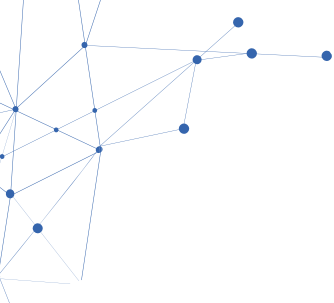
CENTRO DE COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DE PROGRAMA

Territórios Sociais

Maio 2025

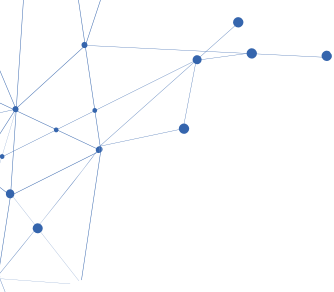




SUMÁRIO

Sumário

IDENTIFICAÇÃO	3
DESCRIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL/PROJETO SOCIAL.....	4
Contexto.....	4
Público-alvo	5
Objetivos do programa/projeto.....	5
Quadro normativo	5
Recursos	5
Atividades	6
Produtos	7
Resultados	8
Impactos	9
Pressupostos	9
DIAGRAMA: OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA.....	10
LINHA DO TEMPO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS SOCIAIS.....	12
REFERÊNCIAS	13



IDENTIFICAÇÃO

Nome do Programa/Projeto:
Territórios Sociais

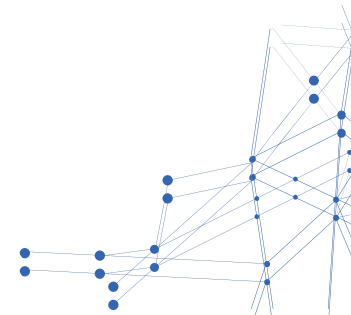
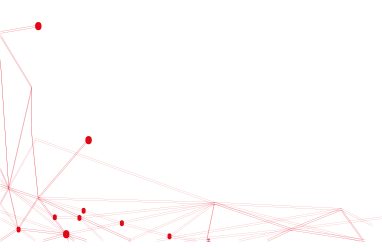
Data de Implementação do Programa/Projeto:
Desenhado em 2016 e instituído através do Decreto Rio nº 42.912 de 02 de março de 2017.

Localização:
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

População do Município:
6.211.223 pessoas (Censo 2022)

Instituição:
Programa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em parceria com o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), coordenado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) e com a participação de 11 secretarias municipais.

Dirigente Responsável pela Validação:





DESCRIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL/PROJETO SOCIAL

Contexto

De acordo com o IBGE (2022), 8,4% da população brasileira estava, em 2021, em extrema pobreza (US\$ 1,90 PPC/dia) e 29,4% em situação de pobreza (US\$ 5,50 PPC/dia). É importante ainda entender a pobreza enquanto múltiplas privações e em suas várias dimensões, como saúde, educação, padrão de vida, e muitas famílias nesta condição não acessam as políticas públicas.

Com o objetivo de tratar a questão da vulnerabilidade social de uma forma mais ampla do que utilizando apenas indicadores de insuficiência de renda, em 2010, o Instituto Pereira Passos da administração pública da Cidade do Rio de Janeiro criou o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), cuja finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de determinadas áreas geográficas. Composto por uma série de indicadores disponibilizados ao nível dos setores censitários do IBGE, o IDS passou a ser utilizado como uma ferramenta para a seleção das áreas prioritárias de atuação de políticas públicas municipais.

Em 2015, a Prefeitura do Rio de Janeiro desenhou o piloto do Programa Território Sociais a partir da identificação dos setores censitários da cidade com piores desempenhos no IDS e que, portanto, seriam prioritários na busca ativa de famílias elegíveis. Em março de 2017, foi publicado o decreto que instituiu o Programa. Em linhas gerais, o Território Sociais foi criado com base na ideia de territorialização, ou seja, na compreensão de que políticas públicas devem ser pensadas e aplicadas com base nas especificidades de cada território. O IDS viabiliza a seleção dos territórios, mas a metodologia do Programa conta ainda com o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), elaborado pela Universidade de Oxford em parceria com a ONU, para a seleção das famílias com alto risco social, que seriam objeto do programa. Após um ano de implementação do programa, houve uma melhora do IPM em 82% das famílias atendidas.

O Programa firmou um convênio com o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), em 2019, ampliando sua atuação para 10 grandes complexos de favelas da cidade. A partir de 2022, com a renovação do convênio, o Programa entrou em sua fase de expansão, ampliando sua atuação para atender todas as regiões do município.



Público-alvo

Famílias residentes nos territórios com os menores Índices de Desenvolvimento Social (IDS)¹ no município do Rio de Janeiro, classificadas em situação de risco social com base no Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)².

Objetivos do programa/projeto

O objetivo central do Programa Territórios Sociais é desenvolver um sistema robusto para identificar, cadastrar e promover a inclusão efetiva de famílias em situação de vulnerabilidade social nos diversos serviços e programas públicos já existentes. Para tanto, adota uma abordagem que é, ao mesmo tempo, territorializada, integrada e focada prioritariamente no combate às múltiplas privações que caracterizam a pobreza. Ao atuar diretamente nas áreas de maior carência e ao articular a ação de diferentes setores do poder público, o programa visa não apenas reduzir a pobreza multidimensional, mas também ampliar o acesso a oportunidades, fomentando a autonomia e a melhoria da qualidade de vida dessas populações

Quadro normativo

A base legal que institui e orienta o Programa Territórios Sociais é o Decreto Rio nº 42.912, publicado em 02 de março de 2017, que dispõe sobre sua criação e funcionamento no âmbito do município

Recursos

A implementação bem-sucedida do programa depende da mobilização e articulação de um conjunto diversificado de recursos. No campo dos recursos humanos, a estrutura é sustentada por equipes multidisciplinares de campo, responsáveis pela tarefa da busca ativa nos territórios, e por equipes de gestão da informação, dedicadas ao processamento e análise dos dados coletados. Adicionalmente, é fundamental a participação das equipes de ponta das secretarias setoriais, que asseguram o atendimento integrado às famílias encaminhadas.

¹ Índice sintético desenvolvido pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) para medir o desenvolvimento social de áreas geográficas. Combina oito indicadores de três dimensões: (1) condições de habitabilidade, (2) educação e (3) renda para cada um dos setores censitários da cidade. Para mais informações, acesse: <https://www.data.rio/documents/fa85ddc76a524380ad7fc60e3006ee97/about>

² Índice lançado em 2010 pelo Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), reúne indicadores divididos em três dimensões: saúde, educação e padrão de vida. Para mais informações, acesse:



Quanto aos recursos materiais, o programa opera com base em um robusto acervo de dados estatísticos e geoespaciais do município, além de um sistema digital integrado, projetado para o cadastro, acompanhamento e monitoramento contínuo das famílias atendidas. A infraestrutura física inclui os equipamentos e mobiliários necessários, como computadores e tablets, bem como o espaço de trabalho na sede do IPP, com todos os insumos e manutenção garantidos. Materiais de identificação para as equipes de campo, como coletes e crachás, também são essenciais para a legitimidade e segurança das operações.

No pilar institucional, o programa é amparado pelo decreto municipal que o regulamenta e pelo convênio de cooperação técnica firmado com a ONU-Habitat. A governança é exercida por um comitê gestor intersetorial, composto por representantes das diversas secretarias municipais envolvidas, garantindo o alinhamento e a colaboração.

Finalmente, os recursos financeiros são assegurados por meio de um orçamento anual, que deve ser devidamente aprovado pela Câmara Municipal. É imprescindível que as ações e os recursos para a execução do programa em cada secretaria estejam previstos nos instrumentos oficiais de planejamento, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Um dimensionamento correto da capacidade do município de absorver as demandas do programa, seja com a estrutura existente ou com a contratação de novas equipes, é vital para evitar a descontinuidade dos serviços e garantir um atendimento eficaz às famílias em vulnerabilidade.

Atividades

O ciclo operacional do Programa Territórios Sociais é composto por uma sequência lógica de tarefas e processos interligados, projetados para alcançar seus objetivos de forma sistemática. A fase inicial consiste no mapeamento dos territórios e na análise das condições socioeconômicas, uma atividade que se baseia em dados secundários, como bases do IBGE e registros administrativos, e é intensiva em geoprocessamento. A partir dessa análise, realiza-se o cálculo do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) para a seleção precisa dos territórios prioritários. Simultaneamente, ocorre a mobilização comunitária nessas áreas, com o objetivo de apresentar o programa e construir uma relação de confiança com os moradores, ao mesmo tempo em que se identifica a capacidade instalada e a disponibilidade dos equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social.

A estruturação da governança colaborativa com atores locais e o estabelecimento de parcerias são passos importantes, assim como a capacitação técnica da Equipe de Gestão de Informação e a criação de um banco de dados robusto com indicadores de monitoramento. A etapa seguinte envolve a contratação e o treinamento dos agentes territoriais que atuarão em campo, seguida pelo planejamento logístico das visitas domiciliares e pela adaptação do Formulário de Busca Ativa com base nos indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

A atividade central do programa é a busca ativa, conduzida com uma metodologia de pesquisa censitária nos territórios selecionados. Durante essa fase, os agentes aplicam os questionários, realizam o cálculo



do IPM para cada família e identificam aquelas em situação de risco social. Uma vez selecionadas, as necessidades dessas famílias são mapeadas em detalhe, e elas são direcionadas aos equipamentos públicos adequados para atendimento. O ciclo se completa com a reavaliação do risco social após o encaminhamento, uma etapa fundamental para a mensuração do impacto da intervenção, e com a produção de relatórios analíticos que sistematizam os aprendizados e resultados.

Produtos

O TS é um programa intermediário que identifica, qualifica, direciona, acompanha, monitora e avalia a efetividade da busca ativa e encaminhamentos feitos sobre o nível de vida e a melhoria do bem-estar das famílias identificadas. Estas são encaminhadas para ações e programas finalísticos da saúde, educação, direitos humanos, etc., cujos desdobramentos são monitorados.

Neste sentido, os produtos estão associados às famílias que participam do censo realizado pelas equipes do Instituto Pereira Passos com aplicação de questionários, que qualificam e priorizam as famílias em maior vulnerabilidade social, e têm as seguintes naturezas:

- 1) geração de dados e informações sobre as famílias, aumentando o conhecimento do poder público sobre os territórios do município;
- 2) encaminhamentos das famílias e seus membros aos programas finalísticos para acolhimento e facilitação aos serviços públicos.

Em suma, o atendimento dado às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, pelos órgãos públicos, visam a promover o acesso aos direitos da cidadania.

PRODUTOS QUE GERAM CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO E DOS MORADORES

- **Índice de Pobreza Multidimensional (IPM):** O programa utiliza um IPM adaptado, baseado no modelo do PNUD, para classificar o nível de risco social das famílias. O IPM do IPP utiliza 11 indicadores divididos em três dimensões: saúde, educação e padrão de vida, cada uma com peso idêntico (33,33%). As famílias com classificação de Risco Social 2 ou 3 (equivalente a um IPM igual ou maior do que 1/3, ou 0,33) são consideradas elegíveis para acompanhamento. Famílias em Risco Social 1 em condição de extrema pobreza e sem Cadastro Único também podem ser incluídas.
- **Formulário de Busca Ativa:** O manual apresenta um modelo de formulário de busca ativa que inclui perguntas para o cálculo do IPM, bem como outras perguntas para subsidiar o plano de ação das secretarias. A coleta de dados deve atender à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- **Manuais do Programa Territórios Sociais:** oferecem orientações detalhadas para os municípios que desejam implementar um programa de inclusão social focado nas populações mais vulneráveis. O documento aborda a identificação dos territórios de maior necessidade, a estrutura de governança necessária e a composição ideal da equipe. Ele descreve as etapas de



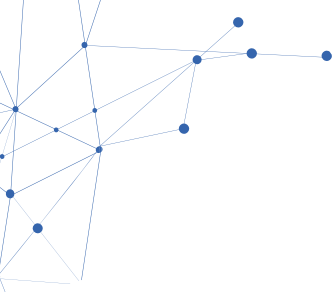
busca ativa das famílias, o planejamento e implementação de um plano de ação integrada entre diferentes secretarias municipais, e o monitoramento e avaliação contínua dos resultados para garantir a eficácia do programa em reduzir a pobreza multidimensional e promover o acesso a serviços essenciais.

PRODUTOS QUE PROMOVEM O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

- **Busca Ativa Detalhada:** A etapa de Busca Ativa envolve a preparação do território, incluindo a identificação de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e lideranças locais. É fundamental realizar reuniões territorializadas para explicar o programa e buscar apoio. A seleção da equipe de campo deve considerar a experiência em pesquisa e, preferencialmente, a contratação de moradores locais pelo conhecimento do território.
- **Plano de Ação Integrada:** A partir da identificação das vulnerabilidades, inicia-se o atendimento integrado. As ações prioritárias podem variar por município, mas incluem a identificação de famílias em extrema vulnerabilidade, acesso a documentação, serviços de saúde, matrícula escolar, atendimento social, melhorias habitacionais, diagnóstico territorial para investimentos em infraestrutura e acesso à cultura. O fluxo de atendimento é detalhado, envolvendo o agente de campo, a equipe de apoio, as secretarias de Saúde e Assistência Social, e o Comitê Gestor.
- **Monitoramento e Avaliação da Efetividade:** O monitoramento é contínuo e avalia a execução do protocolo básico. A avaliação da efetividade do programa é realizada após um ano de atendimento, comparando o IPM das famílias na primeira entrevista e na reavaliação. A redução do risco social é considerada um indicador de sucesso.

Resultados

Desde o início do programa, 293.714 famílias foram entrevistadas pelas equipes de TS e, dessas, 60.192 entraram para monitoramento para serem atendidas pela Secretaria de Saúde e de Assistência Social. Ademais, houve encaminhamento de 3.230 jovens entre 4 e 14 anos fora da escola para as Coordenadorias Regionais de Educação e para o cadastro de famílias prioritárias junto a Secretaria Municipal de Educação, facilitando seu ingresso ou retorno para a sala de aula. As famílias monitoradas também são orientadas a realizar a inclusão ou atualização no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), no sentido de oportunizar o acesso a programas de transferência de renda. Até 2024, foram realizadas 9.744 inclusões ou atualizações cadastrais. O Programa também garantiu que famílias em maior vulnerabilidade tivessem acesso à água potável por meio da distribuição de 2.544 filtros de barro. A importante parceria com o projeto Jovem Alerta, voltado para o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens entre 14 e 24, garantiu a capacitação de 692 jovens para o mercado de trabalho e a contratação de 94 jovens. Destaca-se ainda mais uma importante parceria com o projeto Casa Carioca, que beneficiou, desde sua criação, mais de 7.000 famílias, promovendo a requalificação das suas moradias.

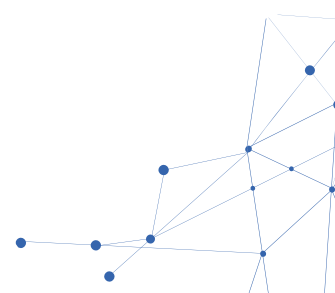


Impactos

As ações integradas de encaminhamento aos programas de assistência social, cidadania, educação, saúde, trabalho e renda, e melhoria das moradias se mostram indispensáveis para a redução ou superação das vulnerabilidades das famílias atendidas, e para melhoria de sua qualidade de vida e segurança. A partir dos resultados do programa amplia-se a oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a inclusão social das famílias, proporcionando também o direito à cidade. O programa ilustra ainda a reparação de violação de direitos humanos, à medida que identifica e atende famílias em extrema pobreza e sem acesso a identificação civil e/ou a programas de transferência de renda, incluindo-as como beneficiárias das políticas públicas.

Pressupostos

O sucesso e a sustentabilidade do Programa Territórios Sociais estão condicionados a um conjunto de pressupostos críticos, que representam as condições externas necessárias para sua plena operação. Primeiramente, a própria existência de dados secundários detalhados e confiáveis sobre os territórios é um requisito fundamental para a fase de planejamento e seleção. Em um nível estratégico, a manutenção do compromisso político com a continuidade do programa é vital para garantir seu financiamento e legitimidade ao longo do tempo. A governança do programa depende intrinsecamente do estabelecimento de parcerias sólidas com as Secretarias Municipais, que devem estar alinhadas às diretrizes da iniciativa e participar ativamente de sua estrutura de gestão. No nível operacional, o pleno funcionamento dos equipamentos públicos presentes nos territórios e sua capacidade de resposta para absorver a demanda identificada pela busca ativa são indispensáveis. A estabilidade social e a segurança territorial são condições essenciais para permitir o acesso seguro das equipes às comunidades. Por fim, o êxito da intervenção depende da adesão voluntária tanto dos territórios selecionados quanto das próprias famílias em risco social, que precisam aceitar as diretrizes do programa e demonstrar disponibilidade para o acompanhamento proposto.



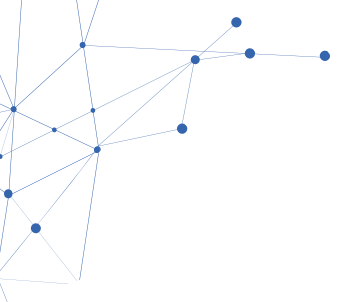


DIAGRAMA: OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA

Nome do Programa

Programa Territórios Sociais

Objetivos do Programa

Identificar, cadastrar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade social nos serviços e programas públicos existentes, por meio de abordagem territorializada, integrada e com foco prioritário nas privações múltiplas, visando reduzir a pobreza multidimensional e ampliar o acesso a oportunidades.

Público-alvo

Famílias de territórios vulneráveis com baixo Índice de Desenvolvimento Social (IDS) no município do Rio de Janeiro, classificadas em situação de risco social com base no Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e famílias em extrema pobreza

3. MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS

Contexto:

De acordo com o IBGE (2023): 4,4% da população está em extrema pobreza, 27,4% em pobreza no Brasil

Grande parte das famílias vulneráveis não acessam políticas públicas

Pobreza enquanto múltiplas privações (saúde, educação, padrão de vida)

Recursos:

Equipes de campo e de gestão da informação

Recursos institucionais: decreto de regulamentação e convênio com o ONU-Habitat

Equipes de ponta (atendimento)

Base de dados estatísticos e geoespaciais

Sistema de geoprocessamento (Siurb - ArcGIS)

Recursos financeiros

Atividades:

Georreferenciamento

Cálculo do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por setor censitário

Contratação e treinamento de equipe de campo

Elaboração de questionário

Articulação com as equipes de ponta

Sensibilização da comunidade

Reunião do Comitê Gestor

Busca Ativa

Revisão de entrevistas

Protocolo Integrado

Monitoramento

Visita de avaliação

Produção de Relatório

Ações sociais pontuais de mobilização no território

Produtos:

Censo de famílias vulneráveis

Atendimento integrado às famílias

Entrega de filtros d'água

Manuais

Relatórios analíticos

Resultados:

Famílias monitoradas pelo Programa de Saúde da Família

Famílias com acesso à água potável

Cadastro de famílias no CADÚNICO (concessão de benefícios sociais)

Crianças matriculadas na escola

Jovens encaminhados para o programa Jovem Aprendiz

Impactos:

Redução das vulnerabilidades social, econômica, alimentar e nutricional;

Reparação de violações de direitos humanos

Inclusão social das famílias

Incremento da inserção no mercado de trabalho

Produção e disseminação de conhecimento sobre os territórios

Pressuposto:

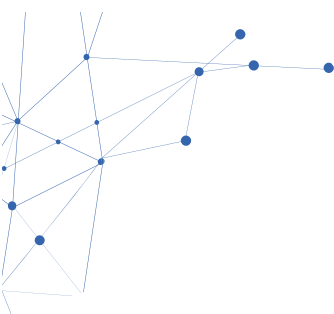
Manutenção do compromisso político com o programa

Cooperação entre secretarias

Pressuposto:

Disponibilidade de dados secundários

Adesão das comunidades



LINHA DO TEMPO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS SOCIAIS

A **Linha do Tempo** do programa ou projeto descreve os principais marcos (políticos, sociais, econômicos), que impactaram centralmente a formulação e a implementação do programa ou projeto, além de normas legais diretamente relacionadas, que instituíram, ampliaram ou alteraram a concepção e o funcionamento do programa ou projeto.

2017

Criação do Programa Territórios Sociais a partir da publicação do Decreto Rio nº 42.912/2017, e início da fase

2019

Firmamento de Acordo de Colaboração com o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e ampliação do Programa para os dez grandes complexos de favelas da Cidade do Rio de Janeiro.

2022

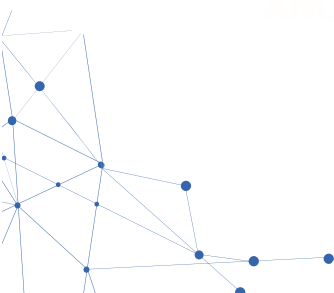
O Programa atinge a marca de aproximadamente 140 mil famílias entrevistadas e 40 mil famílias monitoradas nos dez grandes complexos. É iniciada a fase de expansão para todas as áreas de planejamento da cidade.

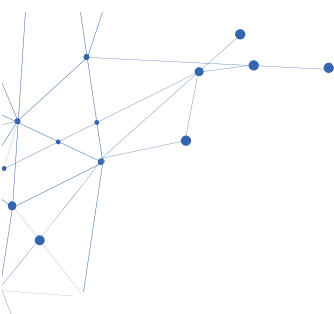
2023

Publicação do Manual Territórios Sociais e do relatório de resultados da fase dos grandes complexos.

2025

O Programa acumula mais de 300 mil domicílios visitados, com mais de 60 mil famílias monitoradas.





REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais:** 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação de políticas públicas:** por onde começar? um guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e Mapa de Indicadores. Belo Horizonte: FJP, 2022. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/03.06_Guia-MaPR-Layout-Final.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

RIO DE JANEIRO. Decreto Rio nº 42.912 de 02 de março de 2017. **Dispõe sobre o Programa Territórios Sociais.** Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro: ano XXX, n. 234, p. 3, 03 março 2017. Disponível em: <<https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3364#/p:3/e:3364?find=Decreto%C2%BA%2042912>>.



